



exercício de 2007, Processo nº 8258-0200/07-2, sendo a mesma empresa contratada, com Decisão da Primeira Câmara, em 24-03-09, pela Glosa dos valores.

2.6. Terceirização Irregular de Serviços

Apurou-se que o Executivo Municipal de Barra do Guarita manteve, irregularmente, durante o exercício de 2009, contratos de prestação de serviços com empresas para a consecução de atividades inerentes à Administração Pública. As situações relatadas no decorrer deste Relatório configuram o descumprimento das disposições do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece que o ingresso no serviço público depende de aprovação em concurso público.

2.6.1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL

O Executivo Municipal firmou contrato com a empresa Souza Projetos e Execuções em Engenharia Civil Ltda. em 05-03-07 (fls. 131 a 133), vigorando por 10 meses, sendo aditado, em 02-01-08, para vigorar até 31-12-08 (fl. 134), e, novamente, aditado em 02-01-09 (fl. 135), para vigorar até 31-12-09.

Conforme a cláusula primeira do instrumento contratual (fl. 131), a empresa presta serviços profissionais de Engenharia Civil compreendendo a elaboração, fiscalização e acompanhamento das obras da Prefeitura Municipal de Barra do Guarita.

Conforme a relação de empenhos emitidos do credor, no período de exame, foi empenhado o total de R\$ 9.000,00 com a manutenção do referido contrato (fls. 136 e 137).

Junta-se a cópia da Nota de Empenho nº 364/09 e a respectiva nota fiscal (fls. 138 a 139).

2.6.2. SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE

Verificou-se que o Executivo Municipal de Barra do Guarita manteve o convênio firmado em 11-09-1998 com a entidade Associação de Desenvolvimento Municipal, para o repasse de recursos financeiros destinados à contratação de Agentes Comunitários de Saúde, visando o cumprimento de convênio/programa firmado com o Ministério da Saúde, no âmbito do PACS – Programa Agentes Comunitários de Saúde (fls. 140 a 143).

A situação relatada evidencia a utilização, por parte da Administração Municipal, de uma Entidade privada, objetivando a transferência de recursos públicos, para o atendimento de programas e ações na área de saúde pública.

A saúde da população é um direito constitucional e um dever do Estado (art. 196 da Constituição Federal). O art. 197, da Carta Magna, estabelece que sua execução é de responsabilidade do Estado, podendo ser conveniada com terceiros.

A prestação de serviços na área da saúde pública pode ser realizada por entidades privadas, preferencialmente as filantrópicas, (art. 199, § 1º da Constituição Federal).



Ocorre que a situação abordada não caracteriza uma prestação de serviços por parte da referida Associação, mas, apenas, a utilização de sua estrutura para a consecução dos objetivos da Auditada; ou seja, a contratação de servidores para o cumprimento de convênio firmado na área da saúde entre o Município e outra esfera de Governo.

Ademais, os valores empenhados à Associação, no período sob exame, foram contabilizados a título de Contribuições Sociais. Conseqüentemente, tais valores, na ordem de R\$ 66.008,00 (fls. 144 a 148), destinados, unicamente, ao suporte de despesas com o pagamento de subsídios e encargos sociais decorrentes das contratações efetuadas, para o atendimento de convênio na área da saúde, não foram considerados, pela Auditada, como despesas de pessoal. Assim, foi contrariado o disposto no § 1º, do art. 18, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, na medida em que tais valores deveriam ser contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Há que se considerar, ainda, a responsabilidade solidária do Município de Barra do Guarita, para com essas contratações intermediadas pela Associação, haja vista estarem presentes todos os elementos caracterizadores de relação de trabalho com a Auditada, ou seja, cumprimento de carga horária, habitualidade, subordinação à Secretaria Municipal de Saúde e pagamento mensal de remuneração.

Juntam-se, exemplificativamente, as cópias das Notas de Empenho nºs 383/09 e 1842/09 e respectivos recibos (fls. 149 a 152).

2.7. Contratação de Assessoria Jurídica

2.7.1. SOBREPOSIÇÃO DE FUNÇÕES

O Executivo Municipal de Barra do Guarita firmou, em 28-04-08, contrato com a empresa ASSOM Assessoria a Órgãos Municipais Ltda. (fls. 153 a 155). O referido contrato foi aditado prorrogando o período de vigência para 31-03-09 (fls. 156 e 157).

Posteriormente, foi realizado novo instrumento contratual vigorando por nove meses a partir de 01-04-09, podendo ser prorrogado até o limite de sessenta meses (fls. 158 a 160).

Conforme a cláusula segunda de ambos os contratos (fls. 153 a 160), o objeto contratual é a prestação de consultoria administrativa e assessoria jurídica.

Foi empenhado à referida empresa relativo à prestação de serviços o montante de R\$ 18.050,00 no período de exame (fls. 161 e 162).

Juntam-se, exemplificativamente, a cópia da Nota de Empenho nº 1820/09 e respectivo documento fiscal (fls. 163 e 164).

No entanto, conforme a Portaria nº 010/2005, o Senhor Odilo Gabriel foi nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico (fl. 165). O servidor percebeu os vencimentos do cargo durante todo o período sob exame (fl. 166).

A Lei Municipal nº 01/93 (fls. 167 a 169), que estabelece a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Barra do Guarita, em seu art. 4º estipula que à Assessoria Jurídica cabe a assistência jurídica ao Prefeito, a emissão de pareceres, a defesa



dos direitos e interesses do Município, a elaboração de contratos e o estudo de natureza jurídica com vistas à atualização da legislação municipal.

Portanto, o Assessor Jurídico nomeado possui amplas atribuições na área jurídica não necessitando o Executivo Municipal contratar uma empresa para prestar tal serviço.

Assim, contratou a empresa ASSOM Assessoria a Órgãos Municipais Ltda., em sobreposição de funções com o servidor nomeado para o cargo de Assessor Jurídico infringindo ao Princípio da Economicidade previsto no art. 19 da Constituição Estadual.

2.7.2. RECONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS POR VALORES SUPERIORES AOS ANTERIORMENTE AJUSTADOS

Constatou-se que foi realizado o procedimento licitatório, aberto pelo Edital nº 19/08, em 28-04-08, na modalidade Convite, para a prestação de serviços de consultoria administrativa e assessoria jurídica complementar do Poder Executivo Municipal (fls. 170 a 173).

As empresas convidadas foram (fl. 172): ASSOM - Assessoria a Órgãos Municipais Ltda, Casarin e Associados Consultoria Ltda e V & S Assessoria e Consultoria S/C Ltda., sendo vencedora a empresa ASSOM - Assessoria a Órgãos Municipais Ltda., conforme o Termo de Homologação e Adjudicação (fl. 174).

Posteriormente, foi realizado novo procedimento licitatório, aberto pelo Edital nº 06/09, em 27-03-09, na modalidade Convite, também para a prestação de serviços de consultoria administrativa e assessoria jurídica complementar do Poder Executivo Municipal (fls. 175 a 178).

As empresas convidadas foram (fl. 177): ASSOM Assessoria a Órgãos Municipais Ltda, Casarin e Associados Consultoria Ltda e V & S Assessoria e Consultoria S/C Ltda., sendo vencedora a empresa ASSOM - Assessoria a Órgãos Municipais Ltda (fl. 179).

Portanto, foram repetidos os convites para as mesmas empresas e novamente foi vencedora do certame a empresa ASSOM Assessoria a Órgãos Municipais Ltda., (fls. 174 e 179).

O contrato referente à primeira licitação, Edital nº 19/08 foi firmado em 28-04-08, para vigorar de 01-05-08 a 31-12-08 (fls. 153 a 155). O referido contrato foi aditado prorrogando o período de vigência para 31-03-09 (fls. 156 e 157). O valor mensal pago conforme o contrato foi estipulado em R\$ 2.450,00.

Posteriormente, foi firmado novo instrumento contratual, referente à licitação aberta pelo Edital nº 06/09, vigorando por nove meses a partir de 01-04-09, podendo ser prorrogado até o limite de sessenta meses (fls. 158 a 160). O valor mensal a ser pago foi estipulado em R\$ 2.750,00. Portanto, houve um acréscimo de, aproximadamente, 12,24% (doze vírgula vinte e quatro por cento).

Tal procedimento resultou em ônus ao Erário, pois a Auditada deveria ter proposto a renovação do contrato assinado com base na licitação realizada em 2008,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
339	

estabelecendo um índice de reajuste ao valor inicialmente contratado e dessa forma obteria economia de recursos ao Erário Municipal.

Considerando que o primeiro contrato foi assinado em 28-04-08, com vigência a contar de 01-05-2008 (fls. 153 a 155), o valor somente poderia ser reajustado a partir do mês de maio de 2009 quando completou doze meses de contratação.

Considerando-se o índice do IGPM-FGV, comumente utilizado para reajustar contratos, cujo valor acumulado de maio de 2008 a abril de 2009 corresponde a 5,38% (fl. 180), a partir de 01-05-09 o valor mensal seria de R\$ 2.581,81 (2.450,00 + 5,38%).

Demonstram-se, a seguir, os valores pagos a maior em razão da prática adotada pela Administração Municipal (fl. 162):

Nota Empenho Nº	Data Pagamento	Valor Pago R\$	Valor Devido Corrigido R\$ ⁽¹⁾	Diferença Paga a Maior R\$
1388/09	20-05-09	2.750,00	2.581,81	168,19
1820/09	22-06-09	2.750,00	2.581,81	168,19
			Total R\$	336,38

Dessa forma, o valor de R\$ 336,38 é passível de retorno ao Erário, tendo em vista o desrespeito ao Princípio da Economicidade previsto no art. 19 da Constituição Estadual.

Juntam-se, exemplificativamente, as cópias da Nota de Empenho nº 1820/09 e do respectivo documento fiscal (fls. 163 e 164).

3. RECEITAS

3.1. Gestão das Receitas Próprias

3.1.1. AUSÊNCIA DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

A Emenda Constitucional nº 39/2002, de 19-12-2002, que acrescentou o art. 149-A a Constituição Federal, estabelece que os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

A Lei Federal nº 101/2000, de 04-05-2000, no Capítulo III, que trata da receita pública, em seu art. 11, estabelece que constituem requisitos essenciais da responsabilidade fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Verificou-se que a Administração Municipal através da Lei Municipal nº 498/2002, de 31-12-2002, instituiu a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP (fls. 181 a 183).

Conforme se verifica através do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada foi prevista uma arrecadação de R\$ 90.000,00 no exercício de 2009; no entanto no período examinado, não houve arrecadação da referida contribuição (fls. 184 a 186).



Conforme a relação de empenhos emitidos do Projeto/Atividade Manutenção Iluminação Pública, até o final do primeiro semestre, o montante das despesas com a manutenção da iluminação pública alcançou o valor de R\$ 39.373,24 (fls. 187 e 188).

A Administração Municipal informou estar adotando as medidas necessárias para a implantação da cobrança com a concessionária RGE - Rio Grande Energia S.A., apresentando uma minuta do contrato a ser firmado com a empresa concessionária da distribuição de energia elétrica, para a implantação da cobrança da referida contribuição (fls. 189 a 192).

Salienta-se que a situação foi apontada nos relatórios dos exercícios anteriores: 2004, Processo de Auditoria nº 9977-0200/04-3 (Processo de Prestação de Contas nº 2317-0200/05-0), exercício de 2005, Processo de Auditoria nº 5674-0200/05-0 (Processo de Prestação de Contas 2505-0200/06-8), exercício de 2006, Processo de Auditoria nº 4297-0200/06-0 (Processo de Prestação de Contas nº 3578-0200/07-4), exercício de 2007, Processo de Auditoria nº 8258-0200/07-2, todos com imposição de multa e advertência à Origem, e exercício de 2008, Processo de Auditoria nº 0610-0200/09-4, pendente de decisão.

Portanto, houve infringência ao disposto no art. 11 da Lei Federal Complementar nº 101/2000, bem como tal situação é passível de enquadramento nas sanções legais.

3.1.2. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

A Lei Municipal nº 043/97, de 16 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os tributos de competência do Município de Barra do Guarita, nos arts. 6º, 14 e 15, trata da alíquota e base de cálculo do imposto predial e territorial urbano, nos seguintes termos (fls. 193 a 196):

Art. 6º - o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é calculada sobre o valor venal do imóvel.

(...)

Art. 14 - O Imposto Predial será cobrado na base de 0,5% (meio por cento) sobre o valor venal da edificação ou construção e respectivo terreno.

§ ÚNICO - O Imposto Predial, neste caso, absorve o imposto Territorial Urbano.

Art. 15 - O Imposto Territorial Urbano será cobrado na base de 2% (dois por cento) sobre o valor venal do terreno.

(...)

A análise das guias informativas e de arrecadação do ITIVBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis do período analisado, revelou a significativa desatualização dos valores venais cadastrados para fins de apuração da base de cálculo do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, com prejuízo ao Erário Municipal. Verificou-se, também, a utilização de valores venais distintos para o IPTU e para o ITIVBI.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Subsídios
341	

Ressalta-se que os casos referidos foram apurados na amostra selecionada, caracterizando a discrepância entre os valores cobrados quando sujeitos ao IPTU em relação à cobrança do ITIVBI, constituindo renúncia de receitas com prejuízo direto ao Erário.

Demonstram-se, a seguir, os casos constatados na amostragem realizada:

3.1.2.1. Valores Desatualizados

O imóvel registrado sob o nº 363-0, junto ao Cadastro Imobiliário da Auditada apresenta o valor venal de R\$ 2.567,70 para o terreno. O mesmo foi objeto de compra e venda, em janeiro de 2009, sendo que o valor atribuído pelo contribuinte, e aceito pela Fazenda Municipal, foi de R\$ 4.000,00, representando uma desatualização de 56% aproximadamente (fls. 197 e 198).

3.1.2.2. Valores Distintos para o IPTU e o ITBI

O imóvel registrado sob o nº 256-0 junto ao Cadastro Imobiliário da Auditada apresenta o valor venal de R\$ 2.567,70 para o terreno. Conforme a Guia Informativa do Imposto de Transmissão o terreno foi objeto de compra e venda, em 2009, sendo que o valor atribuído pelo contribuinte foi de R\$ 3.000,00, enquanto que a Fazenda Municipal atribuiu o valor de R\$ 5.500,00. Portanto, o valor venal do imóvel, para fins do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, está desatualizado (fls. 199 e 200).

3.1.2.3. Exclusão das Benfeitorias em Avaliações e Cobranças do ITBI

A Auditada não considerou as construções edificadas sobre os terrenos em algumas avaliações e cobranças de ITBI, conforme demonstrado a seguir:

O imóvel registrado sob o nº 76-0, junto ao Cadastro Imobiliário da Auditada, apresenta o valor venal de R\$ 7.699,89 para o terreno com uma casa de madeira. Conforme a Guia Informativa do Imposto de Transmissão, o terreno foi objeto de compra e venda, em 2009, sendo que o valor atribuído pelo contribuinte foi de R\$ 4.000,00. O valor atribuído pela Fazenda Municipal foi de R\$ 8.500,00. Portanto, o valor venal do imóvel com a benfeitoria, para fins do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, está desatualizado (fls. 201 e 202).

No Cadastro Imobiliário da Auditada, o imóvel registrado sob o nº 47-0, apresenta o valor venal de R\$ 9.878,83 para o terreno com a benfeitoria. Conforme a Guia Informativa do Imposto de Transmissão, o terreno foi objeto de compra e venda, em 2009, sendo que o valor atribuído pelo contribuinte foi de R\$ 5.000,00, enquanto que o valor atribuído pela Fazenda Municipal foi de R\$ 14.000,00. Portanto, o valor venal do imóvel com a benfeitoria, para fins do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, está desatualizado (fls. 203 e 204).

O Cadastro Imobiliário da Auditada registra, sob o nº 294-0, o imóvel composto pelo terreno e uma casa de alvenaria com o valor venal de R\$ 8.905,20. O



terreno foi objeto de compra e venda conforme a Guia Informativa do Imposto de Transmissão, sendo que o valor atribuído pelo contribuinte foi de R\$ 8.000,00 e o valor atribuído pela Fazenda Municipal foi de R\$ 14.500,00. Portanto, o valor venal do imóvel com a benfeitoria está desatualizado para fins do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (fls. 205 e 206).

Portanto, a Administração Municipal deverá adotar medidas para uma reavaliação dos valores dos imóveis urbanos a fim atualizar os valores venais dos imóveis, utilizados como base de cálculo do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

3.1.3. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA

3.1.3.1. Ausência de Retenção

A Carta Magna Federal, no inciso I, do art. 158, dispõe que constitui receita municipal o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos municípios.

Constatou-se a ausência de retenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica incidente sobre os valores pagos a empresas prestadoras de serviços, de natureza profissional, nos termos do disposto no art. 647 do Decreto Federal nº 3.000/1999.

Verificou-se que houve pagamentos às empresas prestadoras de serviços, durante o exercício de 2009, sem efetuar a retenção do referido imposto, à alíquota de 1,5%, sobre as importâncias pagas pelos serviços técnicos profissionais.

Os valores não retidos, no montante de R\$ 134,63, conforme a seguir demonstrado, são passíveis de ressarcimento ao Erário.

Nota de Empenho	Data de Pagamento	Empresa Prestadora dos Serviços	Valor Pago - (R\$)	IRPJ - 1,5% (R\$)	Docs. Fls.
0184/09	05-02-2009	Borges Matiuuzzi & Cia Ltda.	4.920,00	73,80	108 a 110
0419/09	05-03-2009	Rother & Manzini Ltda. - RC Pesquisas de Opinião	3.000,00	45,00	207 a 209
0663/09	25-03-2009	Clínica RCS S/C Ltda.	1.055,00	15,83	210 a 212
TOTAL R\$			8.975,00	134,63	

4. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

4.1. Incorreta Especificação do Objeto e Ausência de Competição

A Lei Federal nº 8.666/1993, artigo 22, § 3º, dispõe que o convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao objeto, escolhidos e convidados, em número mínimo de 03 (três), pelo órgão administrativo.

Já, o art. 40, inciso I, da Lei de Licitações prevê que o edital indicará, obrigatoriamente, o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara. Para a interpretação



da norma, o texto de Marçal Justem Filho¹:

A descrição do objeto da licitação contida no edital não pode deixar margem a qualquer dúvida nem admite complementação a posteriori. Entre a opção de uma descrição sucinta e uma descrição minuciosa, não pode haver dúvida para a Administração Pública: tem de escolher a descrição completa e minuciosa. Certamente, a descrição deve ser clara. No caso, 'sucinto' não é sinônimo de "obscuro". Se a descrição do objeto da licitação não for completa e perfeita, haverá nulidade, nos termos adiante apontados. (fls. 386/387)

No entanto, a análise das licitações realizadas no período sob exame revelou a infringência aos citados dispositivos legais, conforme a seguir se demonstra:

4.1.1. CONserto DE RETROESCAVADEIRA

De acordo com o Edital Carta Convite nº 008/2009, a Auditada promoveu a licitação para a contratação de mão-de-obra e a aquisição de peças para o conserto completo da retroescavadeira CASE 580 L (fls. 213 e 214).

Na especificação do objeto da licitação refere, apenas, a aquisição de peças para o conserto completo e mão-de-obra na recuperação completa da retroescavadeira CASE modelo 580 L. Não há qualquer indicação no processo licitatório, de quais componentes da máquina que estavam necessitando de reparos, bem como quais as peças necessárias para esses reparos (fls. 213 e 214).

Para o certame foram convidadas as seguintes empresas:

- Torno Ind. e Com. de Peças Automotivas Ltda., CNPJ nº 04535351/0001-58, da cidade de Santo Ângelo, neste Estado (fl. 215).

- CPM Máquinas Rodoviárias Ltda., CNPJ nº 08707377/0001-97, da cidade de Ijuí, (fl. 216).

- Falabretti Máquinas Rodoviárias Ltda., CNPJ nº 09078633/0001-97, da cidade de Santa Rosa, (fl. 217).

Salienta-se que todas as empresas estão localizadas a mais de 180 quilômetros da sede do Município de Barra do Guarita, enquanto que na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, mais próxima, haja vista que esta cidade esta situada a aproximadamente 130 quilômetros de Barra do Guarita.

Apesar de terem sido convidadas 03 (três) empresas, apenas a empresa CPM Máquinas Rodoviárias Ltda., atua no ramo de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção e comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção; partes e peças (fl. 218), enquanto que a empresa Torno Ind. e Com. de Peças Automotivas Ltda., atua no ramo de comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores e a empresa Falabretti Máquinas Rodoviárias Ltda., atua no ramo de serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, serviços de usinagem, solda, tratamento e

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 11ª Edição, Dialética, 2005.



revestimento de metais, além de aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas e transporte rodoviário de cargas, conforme se verifica pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral das empresas (fls. 219 e 220).

Na folha 24, do processo licitatório, consta a Ata de Análise da documentação apresentada pelas empresas convidadas (fl. 221).

Na sequência, nas folhas 25 a 33, foram juntadas as propostas apresentadas pelas empresas, apresentando os valores das peças e dos serviços. Verifica-se que os valores cotados pelos serviços ficaram muito próximos (R\$ 16.500,00, R\$ 16.800,00 e R\$ 16.000,00), embora nenhuma das empresas tenha especificado, por exemplo, horas de mecânico ou horas de equipamentos (fls. 222 a 230).

Todas as empresas relacionaram em suas propostas inúmeras peças, sendo que algumas com preços de considerável valor (fls. 223 a 230).

Foi julgada vencedora a proposta da empresa CPM Máquinas Rodoviárias Ltda., conforme termo de homologação e adjudicação destes bens e ata de julgamento (fls. 231 a 233).

A questão é que, ao não convidar o número mínimo de empresas para participarem do certame, não houve o interesse público para a obtenção da melhor proposta para a execução do objeto.

Ademais, ao não especificar de maneira clara o objeto da licitação, a Auditada põe em risco o interesse público, na medida em que não se sabe quais as peças a serem substituídas e quais os serviços necessários para o reparo completo da máquina.

Portanto, houve infringência aos citados dispositivos da Lei de Licitações.

A despesa foi empenhada através das notas de empenho de nº 1183/09 e 1184/09 (fls. 234 a 246).

4.1.2. CONSTRUÇÃO E REFORMA DE SALAS DE AULA

Em 26-01-2009, a Administração Municipal de Barra do Guarita expediu o Edital Carta Convite nº 003/2009 para a contratação de mão-de-obra e a aquisição de material para a construção de salas de aula (fls. 247 e 248).

Para o certame foram convidadas quatro empresas (fl. 249), das quais apenas uma apresentou proposta para o item mão-de-obra (fls. 250 a 257).

Assim, verifica-se que a Auditada descumpriu o dispositivo legal que estabelece o número mínimo de empresas.

Foram julgadas vencedoras as propostas da empresa Tiago Rafaelli para o material e da empresa Construções Primo Ltda., para a mão-de-obra, conforme o quadro comparativo de preços e os termos de homologação e adjudicação (fls. 257 a 259).

Na folha 72, do processo licitatório, consta o Parecer Jurídico, porém no mesmo não consta a assinatura do Assessor Jurídico (fl. 260).

A Administração Municipal de Barra do Guarita poderia ter convidado outras



empresas do ramo da construção civil existentes na região de abrangência do município.

A questão é que, ao não convidar o número mínimo de empresas para participarem do certame, não houve o interesse público para a obtenção da melhor proposta para a execução do objeto.

4.1.3. AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR

A Administração Municipal de Barra do Guarita expediu, em 20-04-2009, o Edital Carta Convite nº 012/2009, para a aquisição de material escolar para as escolas municipais (fls. 261 e 262).

Para o certame foram convidadas três empresas (fl. 263), das quais apenas duas apresentaram propostas com a cotação de preços, conforme o Quadro Comparativo de Preços (fls. 264 e 265).

Ocorre que a empresa Nedel Informática Ltda., CNPJ nº 00351329/0001-05, não atua no ramo objeto da licitação. Verificou-se que a referida empresa não cotou preços para os itens licitados (fls. 264 e 265). Conforme se verifica pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da empresa, o ramo de atividade é o comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (fl. 266).

Foram julgadas vencedoras as propostas das empresas Derli Antonio da Silva Pimenta e Zulmira Grolli Cereza – Bazar e Livraria, conforme o quadro comparativo de preços e os termos de homologação e adjudicação (fls. 264, 265 e 267 a 269).

Portanto, houve infringência ao disposto no art. 22, § 3º, da Lei de Licitações.

4.1.4. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS

Foi realizado procedimento licitatório, aberto pelo Edital nº 07/09, na modalidade Convite para a prestação de serviços de montagem, elaboração, encaminhamento, acompanhamento e cadastramento de projetos em todos os Ministérios, junto ao Portal de Convênios – SICONV – do Ministério do Planejamento, em busca de recursos junto ao Governo Federal para o Município de Barra do Guarita (fls. 271 e 272).

Para participarem do certame foram convidadas as empresas: Luizinho Construções e Incorporações Ltda (fl. 273), Ciganski e Renato Projetos e Planejamentos Técnicos Ltda (fl. 274), e Soldi Assessoria e Consultoria em Projetos Públicos e Privados Ltda (fl. 275). Somente essas empresas foram convidadas a participarem do certame conforme a Ata de Análise (fl. 276).

Conforme o quadro comparativo de preços e termo de adjudicação a Empresa vencedora foi Soldi Assessoria e Consultoria em Projetos Públicos e Privados Ltda. (fl. 277 e 278).

A empresa Luizinho Construções e Incorporações Ltda., possui como atividade econômica, segundo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e o Contrato Social (fls. 279 a 281), o comércio varejista de materiais de construção e a realização de obras de engenharia em geral. Portanto, não se enquadra no ramo do objeto da licitação.

Tal fato resultou na ausência de competitividade do certame, restando somente



dois concorrentes que atuam efetivamente no ramo de atividade do objeto licitado.

4.1.5. REPETIÇÃO DE CONVITE PARA AS MESMAS EMPRESAS

Foi realizado procedimento licitatório, aberto pelo Edital nº 19/08, de 28-04-08, na modalidade Convite para a prestação de serviços de consultoria administrativa e assessoria jurídica complementar do Poder Executivo Municipal (fls. 170 e 171).

As empresas convidadas foram: ASSOM Assessoria a Órgãos Municipais Ltda., Casarin e Associados Consultoria Ltda. e V & S Assessoria e Consultoria S/C Ltda. (fl. 172).

A vencedora do certame foi a empresa ASSOM Assessoria a Órgãos Municipais Ltda. (fl. 174).

Posteriormente, foi realizado procedimento licitatório, aberto pelo Edital nº 06/09, em 27-03-09, na modalidade Convite, também para a prestação de serviços de consultoria administrativa e assessoria jurídica complementar do Poder Executivo Municipal (fls. 175 e 176).

As empresas convidadas foram: ASSOM Assessoria a Órgãos Municipais Ltda., Casarin e Associados Consultoria Ltda. e V & S Assessoria e Consultoria S/C Ltda. (fl. 177). A vencedora do certame foi novamente a empresa ASSOM Assessoria a Órgãos Municipais Ltda. (fl. 178).

Portanto, foram repetidos os convites para as mesmas empresas contrariando o disposto no § 6º do art. 22 da Lei Federal 8.666/93, o qual exige que a cada novo convite realizado, para o mesmo objeto, seja convidado mais um interessado, enquanto existirem na região empresas que não participaram das últimas licitações.

5. ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E DO PATRIMÔNIO

5.1. Aquisição de Pneus sem Comprovação de Utilização

Durante o período examinado foram adquiridos diversos pneus do fornecedor Duana Transportes Ltda. para os veículos lotados na Secretaria Municipal da Saúde.

Relacionam-se a seguir as aquisições efetuadas:

Nota de Empenho nº	Mercadorias Compradas	Valor Total R\$	Data Pagamento	Doc. Fls
527/09	Seis pneus 175/70/13	1.020,00	05-03-09	282 a 284
1022/09	Oito pneus 175/70/13 Radial	1.360,00	16-04-09	285 a 287
2053/09	Quatro pneus 205/70/16 Minibus, oito pneus 175/70/13 Radial	3.240,00	(1)	288 e 289
Total R\$		5.620,00		

Nota: (1) A despesa não havia sido paga até a data do encerramento da auditoria.



A Equipe de Auditoria solicitou as cadernetas ou relatórios dos veículos lotados na Secretaria Municipal da Saúde, para verificar os registros da efetiva utilização desses pneus naqueles veículos.

Foram apresentadas as cadernetas dos veículos, relativas aos meses de março, abril, maio e junho, porém, nelas não há qualquer registro acerca da troca de pneus nos referidos veículos. Tal situação foi objeto de termo de verificação, devidamente assinado pelo Senhor Prefeito Municipal, pelo Responsável pelo Controle Interno da Auditada e pela Equipe de Auditoria (fl. 290).

Portanto, não foi possível verificar a efetiva utilização dos pneus adquiridos, restando infringido o disposto no inciso IV do art. 74 da Constituição Federal, que estabelece que o Poder Executivo manterá, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

6.1. Ausência de Destaque, Retenção e Recolhimento

Analisando-se as notas fiscais emitidas pela empresa Duana Transportes Ltda., nome de fantasia IANA TUR Transporte Coletivos Ltda. (fl. 291), contratada para a prestação de serviços de transporte escolar municipal, constatou-se que não houve o destaque do valor da contribuição previdenciária a ser retida, em desacordo com o disposto no art. 154 da Instrução Normativa nº 3/2005, de 14-07-2005.

Constatou-se, também, que não houve a retenção e o recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos a título de mão-de-obra, no percentual de 11% (onze por cento) sobre o valor dos serviços prestados, em desacordo com o disposto no art. 140 da Instrução Normativa nº 3/2005, de 14-07-2005.

Nos termos do disposto no art. 156 da referida Instrução Normativa, os valores retidos devem ser recolhidos até o dia 10 do mês seguinte ao da emissão das respectivas notas fiscais, prorrogando-se este prazo para o primeiro dia útil subsequente quando não houver expediente bancário neste dia.

A Administração ao não fazer a retenção da contribuição previdenciária ao INSS gera uma obrigação financeira ao Município, no exato momento em que foram efetuados os pagamentos às empresas prestadoras dos serviços.

Demonstram-se os valores não retidos a título de contribuição previdenciária, no período examinado, conforme as Notas de Empenho a seguir relacionadas:

Notas de Empenho	Data do Pagto.	Valor dos Serviços R\$	Base de Cálculo ⁽¹⁾	Valor da Contribuição R\$ ⁽²⁾	Docs. de Fls.
1428/09	18-05-2009	3.846,15	1.153,85	126,92	292 a 294
1429/09	18-05-2009	1.033,41	310,02	34,10	295 a 297
TOTAL R\$			1.463,87	161,02	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
348	

Notas: (1) Valor apurado nos termos do disposto no inciso II, do art. 150 da Instrução Normativa nº 3/2005, de 14-07-2005.

(2) Resultado da aplicação da alíquota de 11% (onze por cento) sobre a base de cálculo.

As cópias das notas de empenho e as respectivas notas fiscais demonstram a ausência de destaque da contribuição previdenciária devida (fls. 294 e 297).

Os valores pagos a menor, conforme as ordens de pagamento, referem-se ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza no percentual de 2% (dois por cento).

Sendo assim, considera-se que a Auditada violou o disposto na legislação previdenciária, sujeitando o Município às sanções impostas pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

6.2. Recolhimento Intempestivo

6.2.1. ÔNUS AO ERÁRIO E CONTABILIZAÇÃO INCORRETA DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS

Constatou-se que houve a retenção da contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos a título de mão-de-obra à empresa Construções Primo Ltda., no percentual de 11% (onze por cento), sobre o valor dos serviços prestados, em desacordo com o disposto no art. 140, da Instrução Normativa nº 3/2005, de 14-07-2005.

Nos termos do disposto no art. 156, da referida Instrução Normativa, os valores retidos devem ser recolhidos até o dia 10 do mês seguinte ao da emissão das respectivas notas fiscais, prorrogando-se este prazo para o primeiro dia útil subsequente quando não houver expediente bancário neste dia.

Verificou-se que a Administração recolheu intempestivamente os valores retidos, gerando ônus ao Erário referente aos acréscimos legais, no total de R\$ 228,84, que é passível de ressarcimento ao Erário Municipal.

Demonstram-se, a seguir, as situações constatadas nas quais os valores incorretamente contabilizados:

Nota de Empenho	Mês/Comp.	Data do Recolhimento	Valor da Contribuição R\$	Valor dos Acréscimos R\$ ⁽¹⁾	Docs. de Fls.
271/09	março/09	30-06-2009	390,94	46,91	298 e 299
272/09	março/09	30-06-2009	643,50	77,22	300 e 301
273/09	março/09	30-06-2009	321,75	38,61	299 e 302
274/09	abril/09	30-06-2009	734,55	66,10	301 e 303
TOTAL R\$			2.090,74	228,84	

Nota: (1) Valores constantes nas guias de recolhimento.

Ademais, os valores pagos a título de acréscimos legais foram lançados contabilmente como despesa extraorçamentária quando deveriam ter sido empenhados como despesa orçamentária.



Portanto, a Auditada violou o disposto na legislação previdenciária, sujeitando o Administrador Municipal às sanções legais.

7. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA

7.1. Recolhimentos em Atraso e Ausência de Repasses de Parcelas Previdenciárias

Constatou-se o recolhimento em atraso de parcelas previdenciárias mensais devidas à Autarquia Fundo de Aposentadoria e Demais Benefícios dos Servidores de Barra do Guarita.

Conforme o disposto no art. 17 da Lei Municipal nº 572/03 (fls. 15 a 20), que reestrutura a Autarquia Municipal do Regime Próprio de Previdência Social do Município, o repasse das contribuições ocorrerá em até dois dias úteis contados da data de pagamento do subsídio, da remuneração, do abono anual e da decisão judicial ou administrativa.

Visualiza-se no Razão da Receita do Fundo de Previdência Municipal que as parcelas mensais devidas (fls. 304 a 306), relativas aos vencimentos pagos aos servidores municipais, foram recolhidas em atraso conforme demonstrado a seguir:

Mês Competência 2009	Parcela Patronal ⁽¹⁾	Parcela Funcional	Data do Pagamento da Folha (fl. 14)	Último dia para Recolhimento	Data do Recolhimento (fls. 304 a 306)
Janeiro	14.049,90	11.344,09	29-01-09	02-02-09	26-03-09
Fevereiro	14.603,72	12.207,33	27-02-09	03-03-09	26-03-09
Abril	13.535,54	11.584,25	30-04-09	05-05-09	04-06-09
Maio ⁽²⁾	9.369,05	-	29-05-09	02-06-09	02-07-09

Notas: (1) Dos valores contabilizados a título de parcela patronal deve-se descontar o benefício do salário família. Tal valor é pago em folha pelo Executivo Municipal e, portanto, desconta-se da parcela patronal.

(2) Após o repasse parcial realizado em 04-06-09, ficou pendente o saldo de R\$ 9.369,05 que foi repassado somente em 02-07-09. A parcela funcional foi repassada no dia 04-06-2009.

Portanto, os recolhimentos ocorreram com até 52 dias em atraso.

Existem também parcelas não recolhidas referentes a dois parcelamentos de contribuições relativas a exercícios anteriores, realizados com base nas Leis Municipais nº 567/03 e 817/08 (fls. 307 a 313).

No parcelamento realizado com base na Lei Municipal nº 567/03 o valor da parcela é de R\$ 2.816,00 (fl. 309), e no parcelamento da Lei Municipal nº 817/08 o valor da parcela é de R\$ 1.172,77, mais atualização monetária e juros (fl. 310).

Visualiza-se no Razão da Receita (fl. 314), que foram pagas duas parcelas integrais relativas aos meses de janeiro e fevereiro, repassadas somente em 30-04-09, e parte das parcelas relativas aos meses de março e abril, repassadas em 30-06-09. Entretanto, não ocorreram pagamentos dos meses de maio e junho do primeiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	350

parcelamento realizado com base na Lei Municipal nº 567/03, bem como não foi repassada nenhuma parcela relativa a acordo efetuado com base na Lei Municipal nº 817/08.

A Lei Municipal nº 572/03, prevê em seu art. 23, que o recolhimento em atraso fica sujeito aos juros aplicáveis aos tributos municipais (fls. 15 a 20). Porém, comparando-se os valores devidos, com os recolhidos em atraso, constata-se que não foram agregados juros (fls. 304 e 306).

8. GESTÃO DO TRÂNSITO MUNICIPAL

Conforme informação da Administração Municipal de Barra do Guarita, o município não possui legislação acerca da Gestão do Trânsito Municipal (fl. 76).

Também, não está integrado ao Sistema Nacional de Trânsito, em descumprimento ao disposto no § 2º, do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97, pois essa integração é condição para exercício de suas competência, o que deverá ser providenciado pela Administração local.

É o relatório.